

JUSTIÇA & CIDADANIA

CONVERSA COM O JUDICIÁRIO
**UM CÓDIGO CIVIL PARA AS
GERAÇÕES FUTURAS**

DIREITO DA SAÚDE
**JORNADA TERMINA COM 47
ENUNCIADOS APROVADOS**

ANADEP
**40 ANOS DE TRABALHO,
POR RIVANA RICARTE**



COORDENADO PELO MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEMINÁRIO DEBATEU
FINANCIAMENTO DE LITÍGIOS, CRIMES CIBERNÉTICOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

VII ENCONTRO DE MAGISTRADOS BRASIL & EUA

ÚNICA MULHER NA SUPREMA CORTE BRASILEIRA, CÁRMEN LÚCIA COMPLETA 18 ANOS NO TRIBUNAL E VAI LIDERAR PRIMEIRA ELEIÇÃO DA IA

Ministra, que assumiu pela segunda vez Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, vai coordenar as desafiadoras eleições municipais altamente impactadas pela tecnologia e pela inteligência artificial

DA REDAÇÃO

Em março de 2007 quando Cármen Lúcia Antunes Rocha entrou no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) quebrando uma antiga tradição. A segunda Ministra da história do Supremo trajava, pela primeira vez, uma calça comprida durante a sessão. Um terninho preto e uma blusa da mesma cor, com detalhes de renda, e ainda um colar de pérolas.

A inovação ocorreu nove meses após sua posse no Supremo. Até o ano 2000, mulheres eram proibidas de entrar no plenário do STF de calça comprida. A restrição caiu depois que a Corte "coincidentalmente" passou a ter mulheres na sua composição.

A própria Ministra conta a interlocutores que foi uma jornalista, proibida de entrar no plenário de calça, que provocou a ruptura. "Eu achei que se a juíza poderia vir, a jornalista que cobria também poderia."

A luta pelos direitos iguais é apenas uma das marcas que a Jurista, Professora e Magistrada carrega ao longo da sua carreira. Mesmo considerada uma vanguardista, Cármen Lúcia é bastante apegada às tradições e à liturgia - conhece as regras do Tribunal como poucos e as defende sempre que pode.

Em junho, ela completou 18 anos como Ministra do Supremo. Ao longo desse período, três temas foram mais constantes durante a carreira da Ministra: liberdade de expressão, Direitos Humanos e proteção do meio ambiente.

E no mesmo mês da "maioridade" na Suprema Corte brasileira, Cármen Lúcia voltou à Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) após 12 anos e para mais uma vez comandar as eleições municipais. Isso diante do desafio de enfrentar os efeitos das novas tecnologias, como a inteligência artificial nas campanhas. Eleições que devem ser altamente impactadas com temas desconhecidos, como as chamadas *deep fakes*, que são conteúdos criados por inteligência artificial com intenção deliberada de confundir ou enganar.

Mas experiência não falta à Cármen Lúcia para enfrentar o desafio. A Ministra é formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas) e fez mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Também é Professora Titular de Direito Constitucional da PUC Minas e antes foi advogada e Procuradora do Estado de Minas Gerais.

A Ministra presidiu o Supremo Tribunal Federal entre 2016 e 2018 num dos períodos mais conturbados da história do país em meio ao avanço da Operação Lava Jato. No Conselho Nacional de Justiça, conseguiu mobilizar o Judiciário em torno da celeridade dos casos de violência doméstica.

Votos e posições marcantes - Durante sua caminhada no Supremo, com um voto marcante, levou o Tribunal a afastar a necessidade de autorização prévia para a publicação de biografias. No plenário do Supremo, resumiu seu voto com o famoso "cala a boca já morreu".

Foi ainda com base no voto dela que o Supremo derubou decisões que liberaram a importação de pneus usados para serem reformados e revendidos no mercado interno por ferir a proteção do meio ambiente. "A Constituição brasileira, como todas as que vigoram democraticamente hoje, não confere direitos fundamentais mediante fatura a ser paga com vidas humanas", afirmou na ocasião.

No TSE, quando enfrenta com rigor fraudes à cota de gênero pelos partidos nos pleitos, e no Supremo, a Ministra tem se posicionado de forma veemente contra a discriminação de gênero.

Foi a partir do voto dela que, em maio, o Supremo considerou inconstitucional o questionamento sobre a vida sexual ou o modo de vida da vítima em investigações que envolvam crimes de violência contra mulheres. Para a Ministra, esse tipo de protocolo significa fazer uma distinção entre mulheres que merecem ou não ser estupradas.

E apesar de muitos avanços, Cármen Lúcia tem ressaltado que a desigualdade entre homens e mulheres ocorre no mercado de trabalho e nas instituições públicas, até mesmo no Judiciário. Em ato do Dia da Mulher no STF, a Ministra disse que, se há algo que é democrático, no pior sentido, é o preconceito contra as mulheres.

E são essas posições marcantes que a tornam referência no Poder Judiciário brasileiro. "Marcando mais uma vez seu nome no Guinness Book, além de ser a primeira mulher a presidir o TSE, agora é a primeira mulher a presidir por duas vezes essa Corte", brincou o Ministro Alexandre de Moraes, seu antecessor na Presidência do TSE e colega de STF, que com sua frase deixou clara a posição disruptiva da Ministra. 

RAIO-X

Nome Completo: Cármen Lúcia Antunes Rocha

Nascimento: 19/4/1954, em Montes Claros (MG)

Presidente que a indicou: Luiz Inácio Lula da Silva

Posse no STF: 21/6/2006

Formação acadêmica: Formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Principais cargos: Atual Professora Titular da PUC de Minas; Procuradora do Estado de Minas Gerais (1983-2006); Presidente do TSE (2012 e 2024); Presidente do STF e do CNJ (2016-2018).

